



Resolução

DIA NACIONAL DE LUTA – 3 DE JUNHO 2017

ORGANIZAR E LUTAR PARA VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

Numa situação internacional marcada por grande instabilidade e incerteza no quadro do aprofundamento da crise estrutural do capitalismo e da violenta ofensiva do imperialismo, designadamente a agressão dos EUA e seus aliados à Síria e ao seu povo, o cerco à Rússia, China e Irão, a ingerência e intervenção na América Latina e África, a desestabilização da Venezuela, o recurso a novas armas como se verificou no Afeganistão, a subida do tom das ameaças contra outros povos e países, que nos lembra a invasão e destruição do Iraque e da Líbia, e as mentiras que as acompanharam, são razões de acrescida inquietação, nomeadamente a possibilidade de um conflito de grandes proporções.

Os trabalhadores e os povos são sempre as grandes vítimas de todas as guerras, pelo que, num contexto tão complexo como aquele que se vive um pouco por todo o mundo, exige-se que se intensifiquem as acções em defesa da Paz e de solidariedade com os povos que lutam pela autonomia, independência e soberania dos seus países.

A situação nacional tem a marca do domínio dos interesses do grande capital e da integração na CEE/União Europeia, pela crescente submissão às suas orientações e tratados, com consequências económicas e sociais particularmente agravadas com a entrada na zona Euro e na União Económica e Monetária, reflecte, também, os efeitos de décadas de política de direita, agravada pelo anterior governo do PSD/CDS-PP e pelo programa de agressão acordado com a EU, o BCE e o FMI.

A natureza e os objectivos das políticas de União Europeia ficaram bem patentes no programa de agressão da troika, imposta a Portugal pela U.E., FMI e BCE negociado pelo PS, PSD e CDS e concretizado pelo governo PSD/CDS, com a acentuação da exploração dos trabalhadores, o empobrecimento, a destruição do aparelho produtivo, a descaracterização do regime democrático, o aumento da dependência nacional e o saque dos recursos nacionais para defender os interesses da grande capital.

O Pilar Europeu de Direitos Sociais é um instrumento da UE para branquear a sua política anti-laboral e anti-social, para interferir nas decisões nacionais, não para nivelar por cima os direitos laborais e sociais, mas para aprofundar o caminho federalista e a ingerência em domínios ainda excluídos dos tratados, que

continuam a ser da exclusiva responsabilidade de cada país, designadamente no campo dos salários, negociação colectiva, legislação laboral, serviços públicos e funções sociais do Estado.

Apesar da dimensão da ofensiva contra os direitos laborais e sociais, a luta dos trabalhadores foi decisiva para derrotar e afastar o governo do PSD/CDS-PP e dar início a um processo de reposição de rendimentos e direitos, nomeadamente de salários e pensões de reforma, do aumento do salário mínimo, dos 4 feriados e das 35 horas para os trabalhadores da Administração Pública, entre outras medidas positivas.

Os avanços registados no novo quadro político do país, não são dádiva de ninguém! São o resultado da acção e da luta reivindicativa dos trabalhadores, da pressão e da luta desenvolvida nas empresas, serviços e nos locais de trabalho dos sectores público e privado, da pressão e luta que travamos nas instituições e fora delas.

Os últimos dados sobre o crescimento económico, a redução do défice e a baixa do desemprego, entre outros elementos positivos, e a decisão da Comissão Europeia de retirar Portugal do Procedimento por Défice Excessivo, são sinais positivos, mas é preciso ressarcir os trabalhadores e o povo pelos sacrifícios feitos, exigindo-se a continuação da reposição de rendimentos e direitos e resolver os problemas que persistem.

Portugal continua a ser um país com profundas desigualdades sociais e na raiz deste problema está a injusta repartição do rendimento nacional.

A precariedade é um drama que atinge mais de 1 milhão de trabalhadores, sobretudo jovens, que ganham entre 30 a 40% menos do que os que têm vínculo permanente, pelo que o governo tem, com este processo de regularização dos vínculos na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado, de dar o exemplo, erradicando este flagelo nas empresas e serviços que tutela.

A desregulação dos horários de trabalho é uma prática diária, onde o patronato tenta impor o prolongamento da jornada diária e semanal, as adaptabilidades, bancos de horas e horários concentrados e não pagar o trabalho suplementar.

Com o Código do Trabalho, com as alterações a que foi sujeito, e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, cortaram e congelaram salários e rendimentos, desregularam horários, promoveram a precariedade, reduziram direitos e acentuaram a exploração e o empobrecimento dos trabalhadores.

O Tratado Orçamental, o Euro, a dívida e os seus encargos e outros mecanismos da U.E., condicionam o investimento público, a melhoria dos serviços públicos, as condições de vida e de trabalho e os apoios sociais que o Estado deve assegurar em áreas tão importantes para o bem-estar dos trabalhadores e do povo como a Saúde, a Educação e a Segurança Social.

Os salários e as reformas continuam a ser generalizadamente baixos, e a protecção social, designadamente na situação de desemprego, deixa de lado muitos milhares de trabalhadores.

A degradação a que vimos assistindo, dos serviços públicos e das Funções Sociais do Estado, está associada à falta de trabalhadores e de investimento público para garantir e reforçar o seu funcionamento e responder as problemas dos trabalhadores, e que a chamada “descentralização” de competências para os Municípios irá agravar profundamente.

A valorização do trabalho e dos trabalhadores é indissociável duma política de esquerda e soberana que tem como elementos decisivos a libertação da submissão ao euro e das imposições e constrangimentos da União Europeia, a renegociação da dívida, a defesa e promoção da produção nacional, a recuperação para o domínio público dos sectores estratégicos da economia, a garantia de uma administração e serviços públicos ao serviço do povo e do País e uma política fiscal que alivie os rendimentos do trabalho e taxe adequadamente o grande capital.

A luta reivindicativa e de massas é decisiva, e com resultados muito positivos, para o aumento dos salários, a defesa do emprego com direitos, o combate à precariedade e à desregulação dos horários, para a redução do horário semanal tendo em vista as 35 horas.

Por isso saudamos todos os trabalhadores que lutam por uma vida melhor, designadamente os que nos últimos dias têm participado em importantes lutas, como na grande greve da Função Pública no passado dia 26 de Maio, do Arsenal do Alfeite, mas também os da Petrogal, Tegopi, Cel-Cat, Cabelte, Safira (Casino de Vila Moura), da Segurança e Vigilância nos Aeroportos, das grandes superfícies comerciais, da EMEF, da Panrico, da SECIL do Outão, da Transtejo e Soflusa, os médicos, os professores e os trabalhadores das cantinas dos hospitais e escolas, entre muitos outros.

A intensificação da luta exige-se para responder aos problemas com que se confrontam os trabalhadores e as suas famílias, designadamente para que se reparta com justiça a riqueza que se cria.

Neste Dia nacional de Luta, a CGTP-IN saúda e solidariza-se com os trabalhadores que hoje mesmo estão em luta, e os que já decidiram acções para este mês de Junho designadamente os trabalhadores dos Hoteis de Lisboa, dos Armazéns e Logísticas da Jeronimo Martins, Sonae e Fnac, da Aveiro BUS, do Hotel Monte Belo, da EMEF, da Amarsul e Valorsul e apela a todos quantos participam nesta grandiosa Manifestação em (Lisboa ou Porto), para intensificarem a acção e a luta reivindicativa nas empresas, serviços, locais de trabalho e na rua, designadamente:

1. Pelo aumento geral dos salários, contra a desregulação dos horários de trabalho, sejam adaptabilidades, bancos de horas ou horários concentrados, pelas 35 horas de trabalho semanal para todos e horários que conciliem o trabalho com a vida pessoal e familiar dos trabalhadores;

2. Pelo emprego com direitos e o fim da precariedade exigindo-se que cada posto de trabalho permanente seja ocupado por trabalhador com vínculo efectivo;
3. Pela revogação das normas gravosas da legislação laboral designadamente a caducidade das convenções colectivas e a reintrodução da renovação automática das convenções e o princípio do tratamento mais favorável;
4. Pelo desbloqueamento das progressões nas carreiras profissionais para todos já em 2018, pelo aumento de salários e reposição dos vínculos por nomeação, por forma a valorizar os trabalhadores da Administração Pública, defender os Serviços Públicos, o Poder Local Democrático e as Funções Sociais do Estado, na Saúde, na Educação, na Segurança Social, na Justiça e Cultura;
5. Pela valorização das pensões de reforma, do subsidio de emprego e outros apoios sociais;
6. Pela revogação das medidas relativas ao aumento da idade de reforma e pela reposição da idade de acesso legal à reforma para os 65 anos;
7. Pelo fim dos factores de penalização das longas carreiras contributivas e pela defesa de um regime de antecipação da idade legal da reforma, voluntário para os trabalhadores, que tenha como base a duração da carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, independentemente da idade e sem penalização.

Porto / Lisboa, 3 Junho 2017